RESENHA ECONÔMICA 15

QUADROS E COMENTÁRIOS DA ECONOMIA BRASILEIRA E MUNDIAL

15ª Edição

ECONOMIA EM ALERTA: OS RISCOS PARA EMPRESAS E MERCADOS

23 DE NOVEMBRO DE 2026

ANEFAC

70 anos ADVB®

Ninguém é líder por acaso.

SOBRE ESSA RESENHA ECONÔMICA

Esta publicação possui **finalidade exclusivamente educacional e informativa**, reunindo indicadores, notícias e análises sobre a economia brasileira e internacional, extraídos de fontes públicas e amplamente acessíveis, como boletins econômicos, relatórios financeiros, revistas especializadas e veículos de imprensa.

Seu objetivo é oferecer um **panorama atualizado dos principais temas econômicos**, contribuindo para a compreensão das tendências, riscos e possíveis impactos sobre empresas, mercados e a economia.

As informações apresentadas constituem uma **compilação de diferentes fontes e visões de mercado**, não representando opinião ou análise formal da **ANEFAC ou da ADVB**.

Notícias, imagens, gráficos e demais conteúdos de terceiros são utilizados exclusivamente como **referência para análise e debate econômico**, permanecendo os respectivos **direitos autorais** pertencentes aos seus titulares.

O conteúdo restringe-se à análise de cenários econômicos**, sem abordagem de questões de natureza político-partidária.**

Boletim FOCUS semanal

Boletim FOCUS de 19-nov-26 - publicado em 23-nov-26

ANO	PROJEÇÕES		VAR%	INFLAÇÃO META BACEN	TOLERANCIA	
	HÁ 1 SEMANA	SEMANA ATUAL			ABAIXO	ACIMA
					-1,50%	1,50%
IPCA - INFLAÇÃO						
2026	5,11%	5,15%	0,04%	3,00%	1,50%	4,50%
2027	5,00%	5,12%	0,12%	3,00%	1,50%	4,50%
2028	4,00%	4,00%	0,00%	3,00%	1,50%	4,50%
2029	4,00%	4,00%	0,00%	3,00%	1,50%	4,50%
PIB BRASIL						
2026	1,72%	1,70%	-0,02%			
2027	1,02%	1,00%	-0,02%			
2028	1,80%	1,71%	-0,09%			
2029	2,00%	2,00%	0,00%			
SELIC no final do ano						
2026	13,75%	13,75%	0,00%			
2027	12,75%	13,00%	0,25%			
2028	11,00%	11,00%	0,00%			
2029	10,50%	10,50%	0,00%			

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Focus - Relatório de Mercado

Pesquisa diária sobre o cenário econômico com 140 instituições financeiras – bancos, gestoras de recursos, consultorias e associações.

CÔRES NAS VARIAÇÕES

- é bom
- é neutro
- não é bom

COMENTÁRIOS

Inflação esperada sobe

O Focus elevou a projeção do IPCA de 2026 de 5,11% para 5,15%. Para 2027, a mediana passou de 5,00% para 5,12%. As duas projeções superam o limite de 4,50%.

Expectativas seguem acima da meta

Para 2028 e 2029, a mediana permanece em 4,00%. O horizonte mais distante ainda aponta inflação 1 ponto percentual acima da meta de 3,00%.

Mercado reduz projeções de crescimento

O PIB projetado passou a 1,70% em 2026, 1,00% em 2027 e 1,71% em 2028. A estimativa mais baixa para 2027 sugere um ambiente mais difícil para ampliar vendas.

Selic esperada sobe para 2027

A mediana para o fim de 2026 ficou em 13,75%. Para o fim de 2027, subiu de 12,75% para 13,00%, sinalizando menor alívio esperado no custo do dinheiro.

DATAS DAS REUNIÕES 2026
COPOM-BRASIL E FOMC-EUA

BRASIL				ESTADOS UNIDOS	
COPOM				FOMC	
1	276ª	27 e 28 de janeiro		1	27 e 28 de janeiro
2	277ª	17 e 18 de março		2	17 e 18 de março
3	278ª	28 e 29 de abril		3	28 e 29 de abril
4	279ª	16 e 17 de junho		4	16 e 17 de junho
5	280ª	4 e 5 de agosto		5	28 e 29 de julho
6	281ª	15 e 16 de setembro		6	15 e 16 de setembro
7	282ª	3 e 4 de novembro		7	27 e 28 de outubro
8	283ª	8 e 9 de dezembro		8	8 e 9 de dezembro

NESSAS DATAS SÃO DECIDIDAS AS TAXAS DE JUROS

COMENTÁRIOS

Copom e Fed na mesma semana

As duas reuniões ocorrem em 8 e 9 de dezembro. Os comunicados ajudarão a avaliar o rumo dos juros no início de 2027.

Copom deve pesar inflação e atividade

A desaceleração da atividade favorece a discussão sobre cortes. A inflação acima do intervalo de tolerância e a alta das expectativas limitam o espaço para flexibilização.

Projeções do Fed também importam

Além da decisão de dezembro, as projeções do Fed darão pistas sobre os juros americanos em 2027. Uma trajetória mais alta que a esperada pode fortalecer o dólar.

Câmbio e custo de captação no Brasil

Um dólar mais forte pode elevar custos de importação e de dívidas em moeda estrangeira sem proteção. A reação da curva de juros brasileira também afeta novas captações.

IPCA

Inflação desacelera

Variação do IPCA (em %)

Jornal VALOR
13-nov

		No mês	Em 12 meses
2025	outubro	0,09	4,68
	novembro	0,18	4,46
	dezembro	0,33	4,26
2026	janeiro	0,33	4,44
	fevereiro	0,70	3,81
	março	0,88	4,14
	abril	0,67	4,39
	maio	0,58	4,72
	junho	0,16	4,64
	julho	0,07	4,44
	agosto	-0,32	4,22
	setembro	0,82	4,58
	outubro	0,14	4,63

Desempenho por grupos em out/26

	No mês	Em 12 meses
IPCA geral	0,14	4,63
Alimentação e bebidas	1,04	5,73
Habitação	-0,51	4,01
Artigos de residência	0,44	2,88
Vestuário	0,38	3,21
Transportes	-0,59	3,20
Saúde e cuidados pessoais	0,09	5,42
Despesas pessoais	0,36	5,80
Educação	0,07	5,96
Comunicação	0,71	3,68

Fonte: IBGE

Conjuntura Alimentos ainda puxam a taxa, mas Habitação e Transportes seguram variação, e IPCA fecha outubro com alta de 0,14%, abaixo das projeções

Inflação tem alívio, mas mantém pressão com câmbio e El Niño

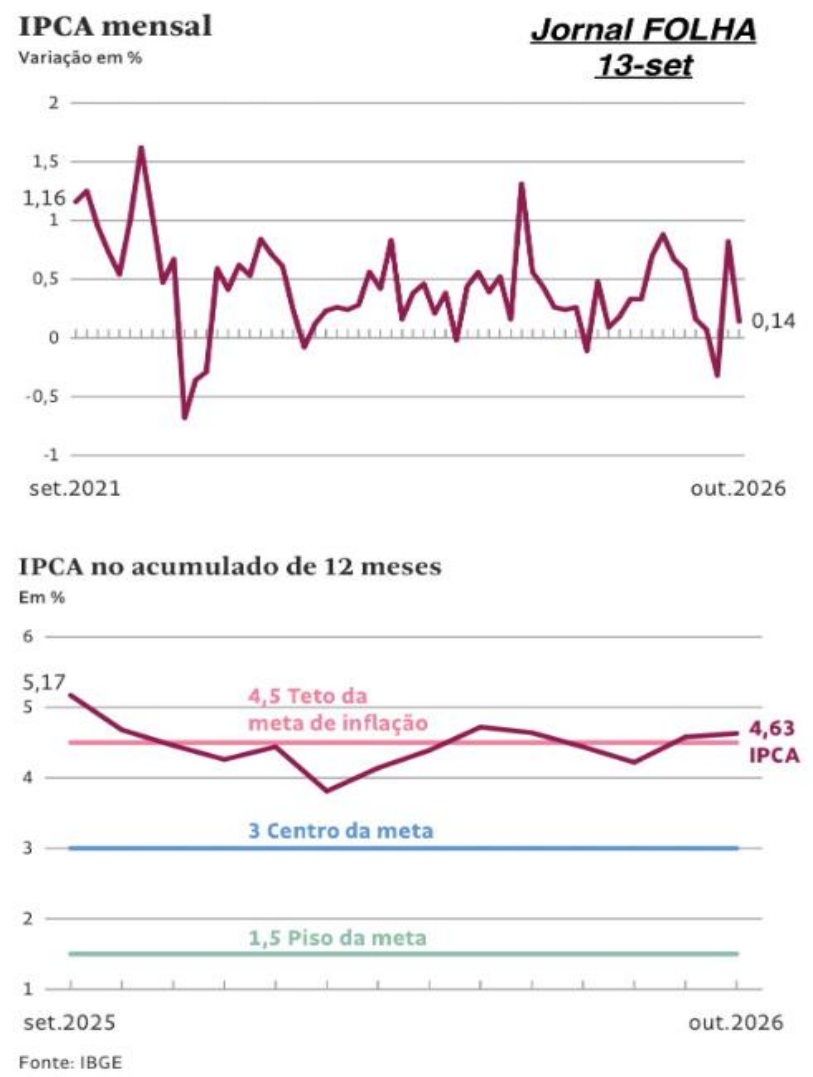
Vinícius Lucena e Lucianne Carneiro
De São Paulo e Rio

A taxa de inflação de outubro (0,14%) veio abaixo do esperado pelo mercado e trouxe certo alívio para o indicador no agregado dos últimos 12 meses. Apesar de celebrarem as surpresas baixistas do mês, economistas consultados pelo **Valor** alertam para pressões inflacionárias que ainda devem vir neste fim de ano e em 2027.

"Tenho dificuldade de falar que há um processo de desinflação, porque há pressões importantes em andamento, como a desvalorização do câmbio", afirma Fabio Romão, economista da 4intelligence. "Veja a alta de alimentação no domicílio, que tem a ver com o El Niño, que ainda vai se intensificar. Vamos ter altas importantes em alimentação até o primeiro trimestre de 2027. É inescapável essa pressão de alimentos", afirma.

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) desacelerou para 0,14% em outubro, após forte alta de 0,82% em setembro, conforme divulgou o IBGE nesta quinta-feira (12). O indicador ficou abaixo do 0,25% esperado pelo mercado, de acordo com a projeção do Valor Data com base na mediana de 29 estimativas de instituições financeiras e consultorias.

IPCA



Inflação de alimentos até outubro é a maior em 4 anos; tomate fica 90% mais caro

Problemas climáticos e preço do diesel afetam oferta e custos, diz IBGE; no mês, IPCA avança 0,14% e fica abaixo das projeções

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO Problemas climáticos e o aumento no custo do transporte pressionaram o preço dos alimentos em outubro, com destaque para as altas do tomate (19,57%), da cebola (11,29%), do arroz (4,81%) e das carnes (2,27%).

O tomate já havia subido 37% no mês anterior e acumula no ano alta de 90%. A cebola teve aumento de 80% em 2026, passando de 100% no acumulado em 12 meses.

Dados do IPCA (índice de preços ao consumidor) divulgados nesta quinta-feira (12) pelo IBGE mostram uma alta de 1,04% no preço do grupo de alimentos e bebidas em outubro, enquanto o índice geral teve variação de 0,14%.

Os alimentos e as bebidas acumulam inflação de 5,46% no ano —maior valor desde 2022 para o período de oito meses (10,32%)— e 5,73% em 12 meses.

"O tomate e a cebola subiram em razão de questões de clima", afirma Fernando Gonçalves, gerente do IPCA.

Ele cita o excesso de chuvas em regiões produtoras de tomate, trazendo problemas de colheita e doenças, lembrando que esse é um item extremamente perecível.

IPCA

IPCA desacelera e fica em 0,14% em outubro, abaixo de previsões

Jornal ESTADÃO
13-set

Em 12 meses, índice vai a 4,63%, acima do teto da meta (4,5%); preço da energia puxou queda no mês, mostra o IBGE

PAULA MARTINI
RIO



A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) desacelerou para 0,14% em outubro, após subir 0,82% em setembro, informou ontem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado ficou abaixo do piso das estimativas coletadas pelo Projeções Broadcast, que iam de 0,18% a 0,40%, com mediana de 0,25%.

A inflação acumulada no ano chegou a 4,1%. Em 12 meses, o IPCA acelerou para 4,63% em outubro, acima do teto de 4,5% da meta perseguida pelo Banco Central (BC). É o segundo mês consecutivo em que o indicador ultrapassa esse limite e a quarta vez em 2026. A taxa ficou acima do teto em setembro, quando atingiu 4,58%, em junho (4,64%) e em maio (4,72%). O resultado em 12 meses ficou abaixo da mediana das projeções do mercado, de 4,74%.

A desaceleração de outubro foi influenciada principalmente pela queda da energia elétri-

elétrica

IPCA

Indicadores Carestia

Combustíveis, reforma tributária e câmbio também pressionam IPCA

Jornal ESTADÃO 21-nov

Além do El Niño, outras variantes devem impactar a inflação a partir do começo do próximo ano



LETÍCIA CORREIA

Com o El Niño pressionando mais a inflação em 2027 do que neste ano, os principais riscos estão nos preços dos alimentos e da energia elétrica, além dos impactos sobre o agronegócio e outras cadeias produtivas. A intensidade do choque dependerá da distribuição das chuvas, do nível dos reservatórios e do ritmo da atividade econômica. Outros fatores também podem elevar a inflação no próximo ano, como reajustes dos combustíveis, repasse cambial e efeitos da reforma tributária.

COMENTÁRIOS

IPCA mensal perde força

O IPCA desacelerou de 0,82% em setembro para 0,14% em outubro. Energia elétrica e transportes ajudaram a conter a alta do índice no mês.

Inflação em 12 meses supera o limite

O IPCA acumulado em 12 meses chegou a 4,63%, acima do limite de 4,50%. A leitura mensal mais baixa convive com inflação acumulada ainda elevada.

Alimentos pressionam o orçamento

Alimentação e bebidas subiram 1,04% em outubro. As altas de itens como tomate e cebola mostram como problemas de safra podem reduzir o poder de compra.

Clima, combustíveis e câmbio em 2027

O El Niño pode afetar safras e reservatórios. Reajustes de combustíveis, repasse cambial e efeitos da reforma tributária também podem alterar o cenário de preços.

PIB

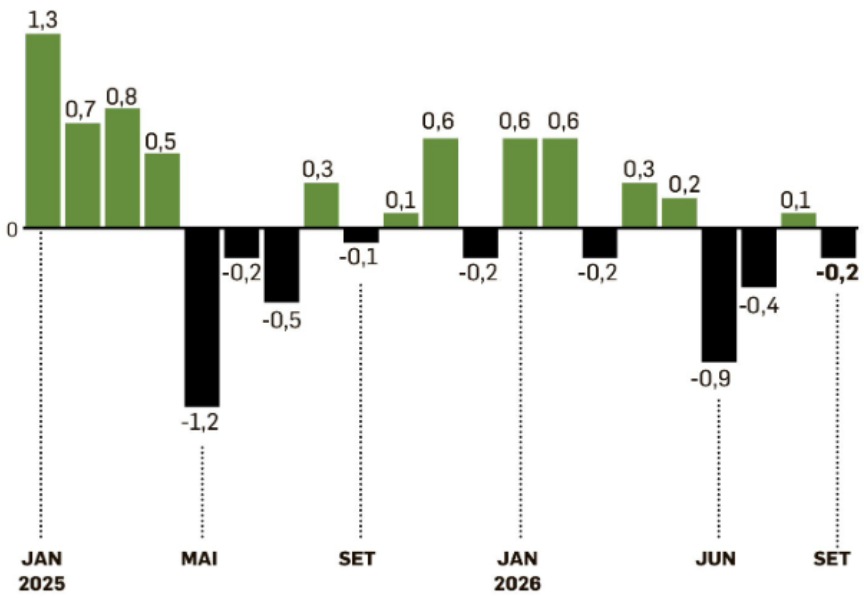
Indicadores **IBC-Br**

‘Prévia’ do PIB cai e reforça perda de fôlego da economia

ATIVIDADE ECONÔMICA *Jornal ESTADÃO 17-nov*

Nos últimos 12 meses, o indicador avançou 1,4%

EM PORCENTAGEM



FONTE: BANCO CENTRAL/ INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Indicador retrai 0,25% em setembro e mercado revisa para baixo expectativa da atividade econômica do trimestre

BRASÍLIA
SÃO PAULO

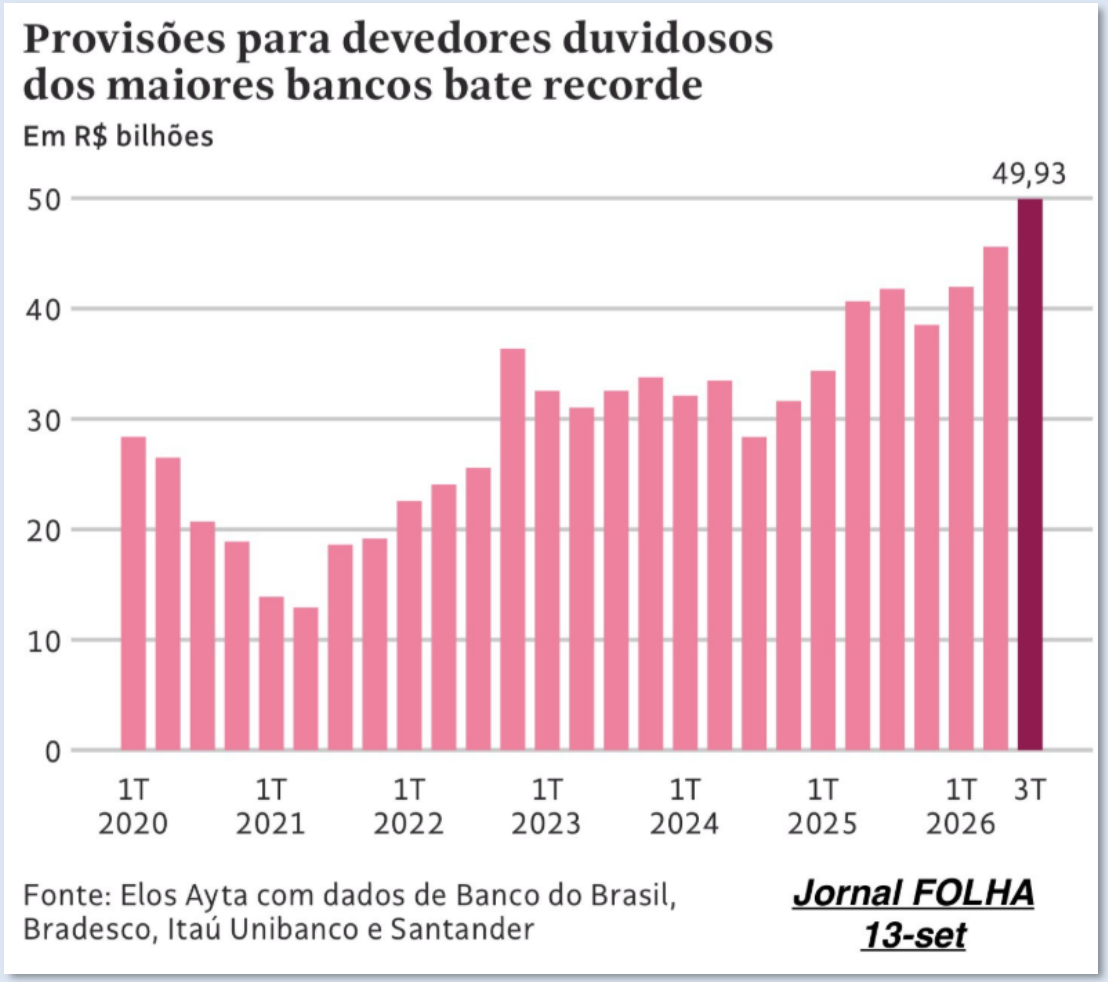
‘Prévia’ do Produto Interno Bruto (PIB), o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) caiu 0,25% em setembro ante agosto e acumulou retração de 0,86% no terceiro trimestre, na comparação com os três meses anteriores. O resultado reforça os sinais de perda de fôlego da economia, já apontados pelos indicadores de produção industrial, vendas do varejo e volume de serviços.

A queda em setembro foi menos intensa do que a prevista pela mediana da pesquisa Projeções Broadcast, de 0,30%.

BANCOS

Bancos têm despesa recorde de R$ 49,9 bi para cobrir perda esperada com crédito

Provisão para devedores duvidosos representa mais que o dobro do lucro das instituições no terceiro trimestre



ESCALA 5X2

NOVA JORNADA

INCERTEZA NA ESCALA 5X2

Decreto sobre a mudança deixa vários pontos em aberto. Valor da hora extra vai subir



A nova matemática das horas

Como funciona o cálculo da hora de trabalho

Hoje
O salário mensal é dividido por **220** para chegar ao valor da hora

Com a redução da jornada para 42 horas semanais a partir de 16 de dezembro, o divisor fixado é de **210**

Em 16 de dezembro de 2027, quando a jornada for reduzida para **40 horas** semanais, o divisor cairá para **200**

CONFIRA O QUE MUDA PARA UM TRABALHADOR COM SALÁRIO DE R$ 3 MIL

Como é hoje?	A partir de 16 de dezembro próximo	A partir de 16 de dezembro de 2027
R$ 3.000 ÷ 220	R$ 3.000 ÷ 210	R$ 3.000 ÷ 200
R$ 13,64 por hora	**R$ 14,29 por hora**	**R$ 15 por hora**
	A MUDANÇA REPRESENTA AUMENTO DE **4,8%**	A MUDANÇA REPRESENTA AUMENTO DE **10%** EM RELAÇÃO AO VALOR ATUAL

E A HORA EXTRA?

Ela conta com adicional de ao menos 50%

No mesmo exemplo, veja a diferença

Valor da hora extra hoje	Valor da hora extra a partir de 16 de dezembro	Valor da hora extra a partir de 16 de dezembro de 2027
R$ 13,64 × 1,5	R$ 14,29 × 1,5	R$ 15 × 1,5
R$ 20,45 por hora extra	**R$ 21,43 por hora extra**	**R$ 22,50 por hora extra**

FONTE: SILVIA REBELLO MONTEIRO, SÓCIA DO URBANO VITALINO ADVOGADOS, E LARISSA SALGADO, DO SILVEIRO ADVOGADOS

Jornal GLOBO 20-nov

BERNARDO LIMA, BRUNA LESSA E MAYRA CASTRO
economia@oglobo.com.br
BRASÍLIA E RIO

A menos de um mês da entrada em vigor da nova jornada de trabalho, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva publicou ontem o decreto que regulamenta o fim da escala 6x1, mas o texto deixa em aberto pontos centrais da transição para o modelo 5x2, como a aplicação dos dois dias de descanso semanal e as regras para setores com jornadas especiais. Esses temas foram remetidos a portarias do Ministério do Trabalho, a primeira delas prevista para a próxima segunda-feira. Já o que ficou definido, o novo cálculo do valor da hora, vai encarecer a hora extra.

O decreto fixa o divisor, número pelo qual se divide o salário mensal para chegar ao valor da hora. Hoje de 220, ele cai para 210 em 16 de dezembro, quando a jornada máxima passa de 44 para 42 horas semanais, e para 200 em dezembro de 2027, quando chega a 40 horas.

EFEITO MASTER



COMENTÁRIOS

Atividade perde fôlego no trimestre

O IBC-Br caiu 0,25% em setembro e recuou 0,86% no terceiro trimestre ante o anterior, apesar da alta de 1,4% em 12 meses. O dado reforça o sinal de desaceleração recente.

Provisões altas pesam sobre o crédito

Quatro grandes bancos registraram R$ 49,9 bilhões em despesas com perdas esperadas no terceiro trimestre, segundo o levantamento citado. O quadro pode favorecer maior seletividade nas concessões.

Jornada menor afeta custos operacionais

No cenário descrito na matéria, manter o salário mensal com menor jornada eleva o valor da hora. Escalas, cobertura de turnos e horas extras definem o impacto para cada empresa.

Caso Master expõe risco de concentração

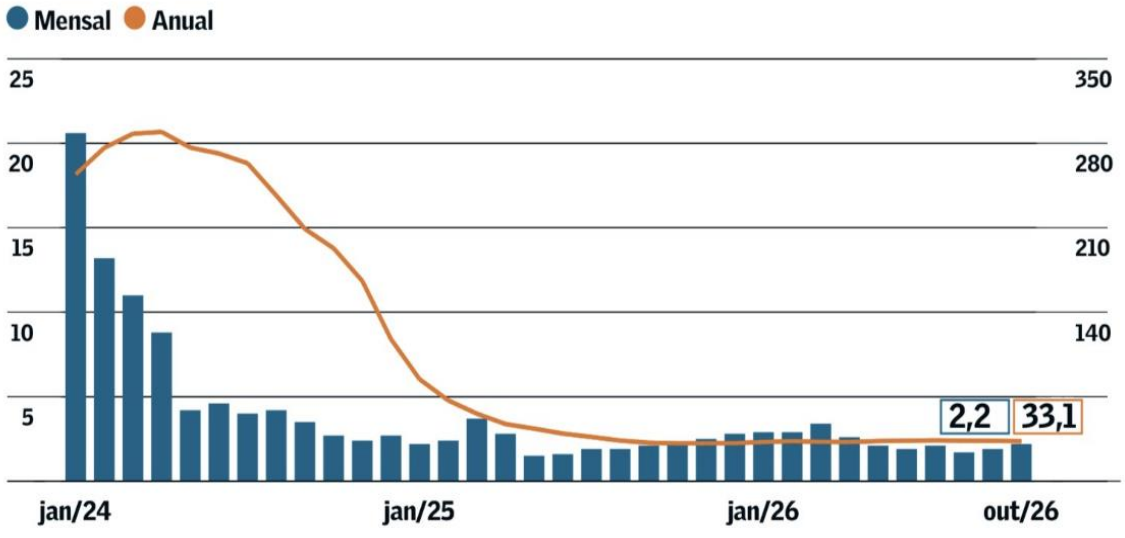
A liquidação mostra como a exposição a um emissor pode afetar a liquidez de empresas e fundos. A análise de aplicações de caixa deve considerar emissor, garantias e prazo de resgate.

INFLAÇÃO NA ARGENTINA

Inflação na Argentina cresce 2,2% em outubro, na maior alta em 6 meses

Inflação na Argentina
Taxa anual - em %

Jornal VALOR
13-nov



Fonte: Indec. Elaboração: Valor Data

Luiza Palermo
De São Paulo

A inflação mensal na Argentina voltou a superar os 2% em outubro e atingiu seu maior patamar em seis meses, refletindo as dificuldades do governo do presidente Javier Milei para ampliar o ritmo da desaceleração dos preços.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) teve uma alta mensal de 2,2% em outubro, acelerando 0,3 pontos percentuais em comparação com setembro, quando o indicador registrou um aumento de 1,9%, segundo dados divulgados ontem pelo Instituto Nacional de Estatística e Censos (Indec)

"O número mostra que ainda há muita inércia inflacionária", diz Kevin Sijniensky, analista econômico da consultoria Econviews. "Os alimentos também registraram altas, pelo menos na região da Grande Buenos Aires, próximas de 2%. Ou seja, estamos vendo uma inflação que resiste a cair muito abaixo de 2%".

COMENTÁRIOS

ANEFAC

70 anos ADVB
Ninguém é líder por acaso.

Inflação argentina volta a acelerar

O IPC passou de 1,9% em setembro para 2,2% em outubro, maior alta mensal em seis meses. A inflação em 12 meses chegou a 33,1%.

Demanda argentina afeta a indústria brasileira

Se os preços crescerem acima da renda, o consumo argentino pode enfraquecer. A indústria brasileira fica exposta via encomendas de veículos, autopeças e outros bens industriais.

Exportações automotivas já recuaram

De janeiro a outubro, em dólares, o Brasil exportou à Argentina 31,6% menos automóveis de passageiros e 27,3% menos autopeças que no mesmo período de 2025, segundo o MDIC.

Câmbio afeta margens e recebimentos

Se o peso enfraquecer, produtos brasileiros podem ficar mais caros para o comprador argentino. Para exportadores, moeda do contrato, prazo e risco de crédito afetam margem e caixa.

COMENTÁRIOS FINAIS

ANEFAC

70 anos ADVB
Ninguém é líder por acaso.

Cenário de 2027 combina riscos

As projeções do Focus combinam PIB de 1,00%, IPCA de 5,12% e Selic de 13,00% no fim de 2027. O orçamento empresarial precisa comportar vendas mais fracas e custo financeiro elevado.

Famílias têm menos espaço no orçamento

Alimentos mais caros comprimem a renda disponível. Juros elevados encarecem novas parcelas e podem conter a demanda por bens duráveis.

Liquidez ganha peso nas empresas

Com atividade mais fraca e possibilidade de crédito mais seletivo, vale testar o efeito de receitas menores, prazos de recebimento maiores e refinanciamento mais caro sobre o caixa.

Dezembro pode mudar as premissas

As decisões do Copom e do Fed podem mexer com juros e câmbio. Para empresas expostas à Argentina, encomendas, prazos de pagamento e câmbio também merecem acompanhamento.

RESENHA ECONÔMICA

Realização:

ANEFAC

70 anos ADVB®

Ninguém é líder por acaso.

Curadoria:

Ailton Leite e Roberto Vertamatti

Vice-Presidência do Núcleo Economia da ADVB

Lívio Giosa

Presidente da ADVB

Esta publicação possui finalidade exclusivamente educacional e informativa.
As notícias, imagens, gráficos e demais conteúdos de terceiros são utilizados como referência para análise e debate econômicos, mantendo-se os respectivos direitos autorais de seus titulares.